

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.288 - RS (2019/0043136-7)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : A F L DE J (PRESO)
ADVOGADO : ELUCIANA CARLA ODY - RS043325
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
OUTRO NOME : J B M DA S
OUTRO NOME : S J DOS S

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por A F L DE J em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que denegou o *writ* de origem, assim ementado (fl. 136):

PRISÃO PROVISÓRIA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. PRISÃO MANTIDA.

A legislação brasileira, diferente das legislações europeias, não estabeleceu um prazo temporal para a prisão provisória. Assim, ele deve ser fixado de forma razoável, até porque não só cada situação tem as suas peculiaridades, como se tem que levar em conta a situação funcional dos juizados criminais do Rio Grande do Sul. É de saber comezinho que eles estão abarrotados de processos. Não há como exigir, diante da quantidade de atos judiciais a praticar, rapidez no cumprimento e na conclusão das instruções criminais. O excesso de prazo, para caracterizar o constrangimento ilegal, será aquele injustificado, resultante da negligência, displicência, ou até da erronia por parte do Juízo ou do Ministério Público. Esta hipótese não ocorre no caso em julgamento, razão pela qual não se vislumbra constrangimento ilegal na prisão provisória do paciente. **DECISÃO: Habeas corpus denegado. Unânime.**

No recurso, busca-se a revogação da prisão preventiva ou a aplicação de medidas cautelares diversas da custódia, com a alegação de falta de indícios de autoria e de materialidade, de excesso de prazo, de ausência de requisitos da custódia cautelar e de desproporcionalidade em comparação com futuro provimento condenatório.

O recorrente responde pela prática do crime tipificado no art. 2º, §§ 2º e 4º, I e IV, da Lei n. 12.850/2013.

Conforme consulta realizada ao sítio do Tribunal *a quo*, processo n. 0012667-58.2017.8.21.0132/RS, verificou-se que o processo segue em fase de defesa preliminar, conforme informações eletrônicas disponíveis em 15/2/2019.

É o relatório.

DECIDO.

No procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Além disso, as matérias relativas aos fundamentos da prisão, aplicação de medidas cautelares e desproporcionalidade da prisão não foram objeto de análise do Tribunal de origem, conforme cópia de acórdão de fls. 136/146, haja vista que analisadas em outro *writ*. Então, esses pontos não poderão ser conhecidos por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Por outro lado, a concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. De efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois, se faz necessário exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações atualizadas ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de 1º grau, a respeito do andamento da ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator